



**Diagnóstico do Parque Dr Octávio Moura Andrade,
na Estância Hidromineral de Águas de São Pedro, e definição
de medidas para recuperação e valorização dos seus
aspectos sócio-ambientais.**

**Adilson Toledo
Eliana G. F. Bushee
Maria Cristina L. de Brito
Stella Crescenti**

Águas de São Pedro, Janeiro de 2008

ÍNDICE

Sumário Executivo	03
I. Apresentação da Organização	04
II. Justificativa	06
III. Objetivos	07
3.1. Objetivo Geral	07
3.2. Objetivos Específicos	07
IV. Público Alvo/Localização/Duração	08
4.1. Público Alvo	08
4.2. Localização	08
4.3. Duração	09
V. Metodologia.....	09
5.1. Plano de Trabalho	09
VI. Cronologia de Atividades	10
6.1. Fases do Projeto.....	10
6.2. Cronograma de Ações.....	12
6.3. Descrição das Atividades.....	13
6.3.1. Fase 01	13
6.3.2. Fase 02.....	13
6.3.3. Fase 03.....	13
6.3.4. Fase 04.....	14
6.3.5. Fase 05.....	14
VII. Cronograma Físico-Financeiro	15
7.1. Investimentos, por etapas	15
7.2. Quadro Mensal de Investimentos	16
VIII. Sustentabilidade.....	17
IX. Sistema de Avaliação e Monitoramento.....	17
9.1. Instrumentos de Avaliação e Monitoramento	18
X. Anexos	19

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Estância Hidromineral de Águas de São Pedro é referência pela sua qualidade de vida. A cidade foi inteiramente planejada, utilizando-se do conceito denominado “*garden city*” ou “cidade-jardim”, diferenciação esta que a torna forte candidata a patrimônio do urbanismo brasileiro. Neste planejamento foi prevista uma área verde total em torno de 40% de seu território: o Parque Dr. Octávio Moura Andrade. Situado numa área de aproximadamente um milhão de metros quadrados, o mesmo ocupa uma posição de grande relevância ambiental para a comunidade local e para visitantes.

Apesar de sua importância no contexto sócio-ambiental, o Parque vem sofrendo nas últimas décadas um intenso processo de degradação, situação esta agravada pelas diversas formas de uso indevido, condições essas facilmente perceptíveis através de simples observação visual. Em virtude disso, tanto a população quanto os visitantes vem deixando de usufruir desta importante área natural.

Considerando as tendências atuais de envolvimento da comunidade na solução de seus problemas, este projeto prevê a elaboração de um diagnóstico e a definição de medidas voltadas à recuperação e desenvolvimento do Parque, valorizando seus aspectos históricos, sociais e ambientais.

O município de Águas de São Pedro possui índices destacáveis no que tange a sustentabilidade, seja no campo social, seja no ambiental. No entanto, todo o desenvolvimento sustentável das comunidades deve se nortear pelo aperfeiçoamento constante dos processos de monitoramento, a fim de serem detectados, mitigados ou cessados os fatores degenerativos que possam, de uma forma ou outra, comprometer a qualidade do lugar. Nesse sentido, esse presente projeto se insere nesse universo econômico, político e social, ao propor a realização de um diagnóstico do Parque Dr. Octávio Moura Andrade, com o propósito de definir medidas para recuperação e valorização dos seus aspectos sócio-ambientais.

O projeto, cujo prazo de duração previsto é de 18 meses, tem um investimento inicialmente orçado em R\$ 299.981,00 (DUZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS), valores a serem captados a partir de possíveis parcerias estabelecidas junto ao SENAC-SP e instituições diversas.

I. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

No início de 2007, criou-se a Rede Social Águas de São Pedro, processo que vem sendo desenvolvido na Estância com apoio e metodologia do SENAC-SP, reunindo pessoas e organizações, de forma igualitária e democrática, a fim de construir novos compromissos que beneficiem a vida da comunidade.

A Rede, então constituída, iniciou os trabalhos de construção da visão de futuro, a partir da elaboração de um diagnóstico participativo e da composição de um planejamento estratégico, definindo como prioritários alguns projetos comunitários, dentre os quais o de “Requalificação do Parque Dr. Octávio Moura Andrade”.

Formado o Grupo de Trabalho Requalificação do Parque, após vários estudos, reuniões e foruns de debates, seus integrantes perceberam a necessidade do desenvolvimento de um projeto sócio-ambiental, que possibilitasse diagnosticar o Parque e definir medidas voltadas à sua recuperação, conservação e sustentabilidade. Assim, de forma voluntária e após participar do curso de capacitação de Agentes Sócio-ambientais, organizado pelo SENAC-SP, são autores do presente projeto: Adilson de Toledo Souza, Eliana G. F. Bushee, Maria Cristina L. de Brito e Stella Maria Crescenti.

Paralelamente, com o mesmo intuito de impulsionar a cidade a um novo período de prosperidade, destaca-se a OSCIP Água Viva – Desenvolvimento e Integração Pró Águas de São Pedro, instituição dedicada à elaboração de projetos, à aplicação e direcionamento de ações voltadas à ampliação das perspectivas de desenvolvimento local e à melhoria da qualidade de vida dos munícipes e visitantes, interagindo complementarmente na atuação básica da administração municipal.

Dessa união de propósitos, estabeleceu-se uma parceria visando à consecução do projeto, definindo-se funções e atribuições, a saber:

PROPONENTE

Responsável pela apresentação do projeto, captação de recursos e pela respectiva execução orçamentária e financeira:

OSCIP ÁGUA VIVA – Desenvolvimento e Integração Pró Águas de São Pedro

CNPJ: 07.351.889/0001-09

Data de Registro: 16 de Agosto de 2005

Endereço: Rua Horácio Mendes, 246 – Jd. Porangaba

Cidade/UF: Águas de São Pedro – SP

Telefone: 19-3482-1102

Presidente: Renato Ferreira da Rocha

GRUPO GESTOR

Responsável pelo acompanhamento do projeto, avaliação de resultados e elaboração do Diagnóstico Final com Plano de Gestão do Parque Dr. Octávio Moura Andrade:

Renato Ferreira da Rocha – Presidente da OSCIP Água Viva

Adilson de Toledo Souza – Rede Social Águas de São Pedro (autor do projeto)

Eliana G. F. Bushee – Rede Social Águas de São Pedro (autora do projeto)

Maria Cristina L. de Brito – Rede Social Águas de São Pedro (autora do projeto)

Stella Maria Crescenti – Rede Social Águas de São Pedro (autora do projeto)

COORDENADOR

Responsável pela gestão administrativa e operacional do projeto, acompanhando passo a passo as atividades desenvolvidas em cada fase do projeto, elaborando agendas, sistematizando e arquivando as informações e materiais produzidos, avaliando o desempenho das atividades realizadas pelas empresas e profissionais contratados, cobrando e orientando procedimentos e resultados esperados.

Coordenador Operacional:

Adilson de Toledo Souza – Mediador do GT – Requalificação do Parque

O Coordenador Operacional, para o desempenho de suas atribuições, contará com assessoramento de empresas e profissionais especializados, especialmente contratados para tal fim, nos seguintes campos:

- socioambiental;
- legal e jurídico;
- relações com a mídia (assessoria de imprensa).

II. JUSTIFICATIVA

O Parque Dr. Octávio Moura Andrade tem relevante importância ambiental para a manutenção da qualidade de vida na Estância Hidromineral de Águas de S. Pedro, cidade cujo pensamento inicial era o de tornar-se uma atração turística, aproveitando seu potencial e vocação natural, relacionados ao termalismo e associados a crenoterapia (tratamento terapêutico, a partir do uso das águas minerais). Nesse contexto, além de atribuir beleza cênica à cidade, o Parque ofereceria trilhas contemplativas e pontos de descanso, onde as pessoas poderiam sentir o aroma de eucalipto exalado das árvores.

Quando do planejamento do município, a região encontrava-se exaurida pela prática da monocultura do café e cana de açúcar. Como fonte estratégica na correção do solo, com características impróprias para o crescimento de árvores, foi feito o plantio de eucaliptos para o desenvolvimento de um bosque.

O Parque, por sua conformidade geográfica e cobertura vegetal, ainda hoje é responsável por um micro-clima favorável na cidade, gerando conforto ambiental, estudado em algumas áreas de especialização acadêmica.

Ao longo de 60 anos, a área remanescente do Parque propiciou a formação de um importante sub-bosque, contendo diversidade vegetal e servindo como refúgio para várias espécies animais, tais como: quatis, cachorros-do-mato, mãos-peladas, gatos-do-mato, tapitis, tatus-galinha, gralhas-do-campo, corujas-suindara, tamanduás-mirim, e variedade de répteis e anfíbios¹.

Os benefícios que a existência do Parque oferece à comunidade são inúmeros, no entanto, algumas ações desordenadas dentro da área têm causado problemas diversos como: poluição, derrubada e retirada da mata, superpopulação de espécies animais, fragmentação, erosão e contaminação do solo, entre outros. Por isso, se faz necessária a reversão urgente desse quadro.

Nesse contexto, a realização de um diagnóstico detalhado irá colaborar para maior compreensão sobre as condições ambientais do Parque Dr. Octávio Moura Andrade e a interpretação dos mecanismos sócio-ambientais trarão uma perspectiva

¹ Fonte: Menezes, Samário Rodrigues – Médico Veterinário de Animais Silvestres - 2007.

clara das possibilidades de recuperação e de manejo desta área natural, a fim de que a comunidade vivencie integralmente o contato com a natureza.

Acreditamos que os preceitos do turismo sustentável e da ética em áreas naturais devam permear a análise dos impactos ambientais identificados. Consideramos, também, os princípios básicos da Educação Ambiental: "... ela deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis" ².

III. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Elaborar o diagnóstico da situação atual do Parque Dr. Octávio Moura Andrade, da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro, de modo a gerar instrumentos e indicadores que permitam ações mitigadoras dos processos de degradação ambiental e, que contribuam para encontrar alternativas de sustentabilidade para o Parque.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir o enquadramento espacial e geográfico da área do Parque;
- Identificar as características ambientais do Parque (meio físico, biótico e antrópico) e da respectiva zona de influência;
- Conhecer as modalidades de uso e os procedimentos de manejo e controle existentes;
- Realizar diagnóstico da percepção socioambiental da comunidade em relação ao Parque;
- Definir medidas políticas, administrativas e operacionais;
- Obter respaldo jurídico que norteie as posturas e ações a serem adotadas;
- Realizar plano de comunicação visando esclarecer a sociedade quanto aos propósitos e resultados do projeto;
- Realizar programa de sensibilização e difusão de conhecimentos referentes ao Parque;
- Estabelecer o Plano de Gestão Local do Parque e respectivas diretrizes de uso e ocupação do território;

² Fonte: Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade, Global-1992.

- Criar indicadores qualitativos e quantitativos de avaliação e monitoramento;
- Definir a infra-estrutura necessária para o Parque.

IV. PÚBLICO ALVO/LOCALIZAÇÃO/DURAÇÃO

4.1. PÚBLICO-ALVO

População fixa e flutuante de Águas de S. Pedro, identificada como: moradores, veranistas, estudantes, pessoas em trânsito, excursionistas e turistas (estes dois últimos, diferenciados pelo tempo de permanência na localidade: período inferior ou superior a 24 horas, respectivamente)³.

A população fixa do município está estimada em 2000 habitantes (IBGE, 2005) e a densidade demográfica é de 500 habitantes/km². Entretanto, tal estatística sofre considerada alteração durante o período letivo, em razão da presença de alunos domiciliados na Estância e atinge o seu ápice durante os finais de semana prolongados, feriados e férias escolares, devido à presença de turistas e veranistas, chegando a um público superiormente estimado em aproximadamente dez vezes.

4.2. LOCALIZAÇÃO



³ OMT – Organização Mundial de Turismo

O Município de Águas de São Pedro está situado na porção central do Estado de São Paulo, na região de Piracicaba, distando cerca de 190 km da capital. É o menor município do Brasil, com 3,9 km² de extensão (IBGE 2005), totalmente urbanizado, fazendo limite territorial apenas com o Município de São Pedro, no qual está encravado. Está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, entre dois compartimentos geomorfológicos: a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental na área de ocorrência das Cuestas Basálticas (22°25'58" S e 47°52'34" O) a uma altitude de 470 metros⁴.

4.3. DURAÇÃO DO PROJETO

A duração prevista para a execução do projeto é de 18 meses.

V. METODOLOGIA

O projeto pretende pesquisar de forma exaustiva sobre as informações necessárias relativas ao Parque, embasadas tanto em fontes secundárias, quanto em fontes primárias. Fontes secundárias, no sentido de recorrer à produção acadêmica, através de autores consagrados, que versam sobre o campo ambiental e jurídico. A busca da utilização das fontes primárias se concretizará através de pesquisa de campo da área objeto de intervenção, contando com assessoria de profissionais especializados em meio ambiente, legislação ambiental e comunicação, aplicando métodos participativos na coleta de dados junto à comunidade envolvida. Para melhor compreensão do método a ser empregado, dividiu-se o projeto, em cinco fases, que serão, de forma sucinta, descritas a seguir, no sub-ítem Plano de Trabalho.

5.1. PLANO DE TRABALHO

Ao todo, o projeto se compõe de cinco fases, descritas a seguir:

- Fase 1: diagnóstico ambiental emergencial.
- Fase 2: análise e orientação jurídica.
- Fase 3: diagnóstico ambiental detalhado.
- Fase 4 : comunicação, sensibilização e educação ambiental.

⁴ JESUS, S.C.; BRAGA R. *Análise Espacial das Áreas Verdes Urbanas da Estância de Águas de São Pedro – SP*. Caminhos de Geografia, T. 207-224.2005

- Fase 5: análise de viabilidades e definição de diretrizes e medidas políticas, administrativas e operacionais.

VI. CRONOLOGIA DE ATIVIDADES

Abaixo são descritas, de forma mais detalhada, todas as etapas do projeto, bem como o cronograma de atividades e ações previstas.

6.1. FASES DO PROJETO

O projeto prevê cinco fases distintas, referindo-se as quatro primeiras a características técnicas e, para tanto, deverão contar com suporte de empresas e profissionais especializados.

A quinta fase indicará as diretrizes estratégicas e as medidas operacionais a serem adotadas, resultantes do cruzamento de dados obtidos e da análise interpretativa do Grupo Gestor.

Todas as fases gerarão produtos a fim de auxiliar nas atividades desenvolvidas ao longo do trabalho e mesmo após sua finalização. Por exemplo: Confecção de mapas, cartilhas, panfletos, exposição fotográfica, etc. Os itens descritos servirão de suporte à comunicação, conhecimento e sensibilização quanto ao Parque.

6.1.1. Fase 01 – diagnóstico ambiental emergencial:

Definição do enquadramento espacial e geográfico do Parque Dr. Octávio Moura Andrade e da sua zona de influência direta, avaliando-os quanto ao estado de conservação e às condições de uso e manejo, bem como, identificando e classificando as atividades e os equipamentos nelas instalados.

Espera-se com os resultados obtidos nesta fase, em curto espaço de tempo, além da identificação concreta da área envolvida e do levantamento das ações de degradação nela contidas, possibilitar o estabelecimento de medidas imediatas de contenção e de mitigação dos respectivos atos predatórios.

6.1.2. Fase 02 - análise e orientação jurídica:

Consultoria e assessoria jurídica, no campo do Direito Ambiental, com o objetivo de obter respaldo e amparo legal às ações relacionadas ao projeto. Almeja-se,

inicialmente, a identificação e análise de todo ordenamento jurídico que verse sobre a matéria (nas esferas: federal, estadual e municipal), complementando e oferecendo suporte legal aos estudos técnicos desenvolvidos na Fase 01. Além disso, pretende-se um acompanhamento e assessoramento permanente, durante as demais fases do projeto, adotando medidas e providências legais, quando e se necessárias, tanto na esfera cível como na criminal.

6.1.3. Fase 03: diagnóstico sócio-ambiental detalhado:

Pesquisa e estudo específico de campo, considerando as variáveis sazonais do Parque Dr. Octávio Moura Andrade, com análise quantitativa e qualitativa da fauna e da flora, levantamento do solo, diagnóstico das trilhas, videografia aérea multi-espectral e estudo de uso público.

6.1.4. Fase 04: comunicação, sensibilização e educação ambiental:

Publicidade das ações do projeto em desenvolvimento e programa de Educação Ambiental visando a sensibilização e a conscientização da comunidade envolvida.

6.1.5. Fase 05: análise de viabilidades e definição de diretrizes e medidas políticas, administrativas e operacionais:

Cruzamento dos dados obtidos através do diagnóstico do Parque, definindo parâmetros, diretrizes e medidas voltadas à infra-estrutura necessária, ao detalhamento do plano de gestão e ao estabelecimento de mecanismos de monitoramento e controle.

6.3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

6.3.1. **Fase 01:**

- 6.3.1.1. preparação de documentos cartográficos, a partir de mapas topográficos, fotos aéreas e trabalhos de campo, que permitam uma avaliação tridimensional da área do parque, assim como, a definição da zona de influencia direta; definição da relação geográfica da área do parque e da zona de influencia com os limites reais dos municípios abrangidos;
- 6.3.1.2. levantamento dos equipamentos e usos, públicos e privados, instalados fisicamente na área do parque e na zona de influencia; elaboração de listagem das atividades exercidas no Parque e na área de influência, enquadradas em três grupos distintos: permitidas, proibidas e temporárias, considerando as atividades e usos com edificações atualmente existentes, as informações preliminares sobre os componentes ambientais de dinâmica longa e a dinâmica das águas superficiais;
- 6.3.1.3. elaboração de relatório, com propostas de infra-estrutura adequada, usos e procedimentos de manejo, controle, restauração e reabilitação; sugestão de estudos complementares que devam ser elaborados na fase 3 do projeto, visando a caracterização ambiental detalhada do Parque e da respectiva zona de influencia.

6.3.2. **Fase 02:**

- 6.3.2.1. levantamento de toda legislação ambiental pertinente, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, com o devido diagnóstico e enquadramento do Parque Dr. Octávio Moura Andrade; propositura de dispositivos legais que permitam garantir a preservação, recuperação e sustentabilidade do Parque; criação de acervo normativo e jurídico para consultas e embasamentos;
- 6.3.2.2. assessoria técnica visando a adequação à legislação ambiental, através da elaboração de pareceres multidisciplinares, estudos de impacto ambiental, licenciamentos ambientais, assim como defesa administrativa e judicial; acompanhamento de todo e qualquer ato necessário, administrativo, extra judicial e ou judicial em todas as vertentes, no decorrer do projeto; aprovação e a regularização do projeto em todos os órgão competentes e necessários, para sua regular implantação e legalização, com a elaboração de projeto de Lei a ser encaminhada aos órgãos e esperas Legislativas do Município de Águas de São Pedro.

6.3.3. **Fase 03:**

- 6.3.3.1. caracterização da comunidade de aves, realizando amostragens de campo, através de busca ativa em locais previamente selecionados e mapeados; identificação de outros tipos de animais, por meio de levantamento de pegadas (metodologia “parcelas de areia”);
- 6.3.3.2. determinação da composição florística das espécies arbóreas e arbustivas do Parque, através de coletas aleatórias mensais por áreas de amostragem; classificação das espécies e registro de acordo com o nome científico, altura total da planta, circunferência do caule ao nível do solo e distância ao ponto; cálculo de valores absolutos e relativos de densidade, frequência e dominância, com a determinação do índice de valor de importância (IVI) de cada espécie no Parque;
- 6.3.3.3. identificação e cartografia dos solos ocorrentes na área, através da caracterização morfológica e analítica, utilizando-se de um sistema natural de classificação;
- 6.3.3.4. coleta de dados por meio de videografia, adquiridas através de sobrevôo; georreferenciamento das imagens com GPS topográfico; classificação das imagens;
- 6.3.3.5. levantamento do número de usuários do Parque, cálculo de amostragem e aplicação de pesquisa de campo a fim de verificar o tipo de uso do Parque (diferentes públicos, frequência de visita, áreas mais utilizadas) e suas demandas;
- 6.3.3.6. levantamento de dados (carta topográfica da área, mapa pedológico e da rede de drenagem) e estudo da trilha a partir dos seguintes indicadores: problemas de drenagem, erosão, desbarrancamento de margem de cursos d’água e raiz exposta;

- 6.3.3.7. elaboração de relatório, com propostas de infra-estrutura adequada, usos e procedimentos de manejo, controle, restauração e reabilitação.

6.3.4. **Fase 04:**

- 6.3.4.1. Disseminação dos objetivos e do andamento do projeto junto à comunidade envolvida, de maneira direta e pessoal, através de fóruns, audiências, reuniões, etc;
- 6.3.4.2. Aplicação de entrevistas, oficinas e dinâmicas, a fim de conhecer as relações existentes entre comunidade e Parque;
- 6.3.4.3. Promoção da participação comunitária no processo de construção coletiva do conhecimento sobre o Parque, a partir da organização de oficinas participativas, dinâmicas em escolas do ensino formal, eventos de integração, artigos ambientais, mostras e exposições, palestras e mesas redondas, enfim, criar momentos e abrir espaços visando incrementar o diálogo e a discussão sobre assuntos pertinentes à importância do Parque na vida da comunidade;
- 6.3.4.4. Criação de imagem do projeto e produção de material promocional e de apoio na divulgação das atividades previstas no decorrer de sua implantação, tais como: cartilhas, folders, banners, material fotográfico, camisetas e bonés, vídeo institucional, etc.

6.3.5. **Fase 05:**

- 6.3.5.1. Sistematização dos dados para confecção do diagnóstico – registro, arquivo e divulgação dos dados e informações, visando à elaboração do Diagnóstico Final do Parque;
- 6.3.5.2. Elaboração do Diagnóstico Final do Parque – leitura técnica final sobre a situação atual do Parque Dr Octávio Moura Andrade, realizada a partir do cruzamento e compilação de todas as informações e dados obtidos nas demais fases do projeto;
- 6.3.5.3. Elaboração do Plano de Gestão do Parque – definição de diretrizes e medidas políticas, administrativas e operacionais voltadas à recuperação, manutenção, desenvolvimento e sustentabilidade do Parque;
- 6.3.5.4. Elaboração de Indicadores Qualitativos e Quantitativos de Avaliação e Monitoramento – criação de ferramentas de controle e gestão do Parque, com a definição das respectivas dinâmicas operacionais.

VII. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

7.1. Investimento, por etapas:

	INVESTIMENTO	FORMAS DE PAGAMENTO
FASE 01	R\$ 18.500,00	R\$ 18.500,00 (mês: 03)
FASE 02	R\$ 23.400,00	18 parcelas de R\$ 1.300,00 (meses: 01-18)
FASE 03	R\$ 45.000,00	R\$ 15.000,00 (mês: 03) + R\$ 15.000,00 (mês: 09) + R\$ 15.000,00 (mês: 15)
FASE 04	R\$ 79.760,00	03 parcelas de R\$ 9.550,00 (meses: 02, 04 e 06) + 03 parcelas de R\$ 9.410,00 (meses: 08, 10 e 12) + 02 parcelas de R\$ 11.440,00 (meses: 15 e 18)
FASE 05	R\$ 15.000,00	03 parcelas de R\$ 5.000,00 (meses: 16-18)
COORDENAÇÃO⁵	R\$ 27.000,00	18 parcelas de R\$ 1.500,00 (meses: 01-18)
ASSESSORIA TÉCNICA⁶	R\$ 28.050,00	03 parcelas de R\$ 1.850,00 (meses: 01-03) + 15 parcelas de R\$ 1.500,00 (meses: 04-18)
ASSESSORIA DE IMPRENSA⁷	R\$ 18.000,00	18 parcelas de R\$ 1.000,00 (meses: 01-18)
DESPESAS GERAIS⁸	R\$ 18.000,00	18 parcelas de R\$ 1.000,00 (meses: 01-18)
	R\$ 272.710,00	
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO⁹	R\$ 27.271,00	17 parcelas de R\$ 1.515,00 (meses: 01-17) + 01 parcela de R\$ 1.416,00
	R\$ 299.981,00	

⁵ Referência: honorários do Coordenador Operacional do projeto;

⁶ Referência: despesas com contratação de Assessoria Técnica;

⁷ Referência: despesas com contratação de Assessoria de Imprensa;

⁸ Referência: despesas com materiais de escritório, impressos, vídeos, transporte, hospedagem, alimentação, etc;

⁹ Referência: Taxa de Administração para a OSCIP Água Viva (10% sobre o valor total do projeto).

VIII. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade do projeto se dará em termos políticos e institucionais. Políticos, quando viabiliza a criação de bases legais de manejo e proteção efetiva do Parque, contribuindo com questões voltadas à sua conservação e/ou preservação em um futuro Plano Diretor da Estância. Institucionais, através do fortalecimento de organizações civis que defendam práticas saudáveis de gestão do mesmo.

Além da realização do diagnóstico, o projeto busca a definição de instrumentos de monitoramento e indicadores de desempenho, além do estabelecimento de medidas administrativas e operacionais, facilitando a dinâmica de sustentabilidade sócio-ambiental para o Parque.

Em perspectivas futuras, o resultado deste trabalho servirá de subsídio a projetos pontuais dentro da área do Parque, que venham propiciar, de forma permanente, melhor eficiência na sua conservação.

O envolvimento comunitário e o debate sócio-ambiental contribuirão, de forma contínua, na indicação de caminhos democráticos de gestão do Parque e na formação de posturas éticas e co-responsáveis frente ao processo de conservação e melhoria desta área verde pública.

As características do projeto o conduzem na linha de educação para sustentabilidade, o que faz com que o município se torne candidato a participar programas promovidos pelo MMA - Ministério do Meio Ambiente, tais como o Programa Município Educador Sustentável, o que possibilita a obtenção de créditos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente.

IX. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

As atividades contidas no projeto terão seus respectivos desempenhos sistematicamente avaliados e mensurados, qualitativa e quantitativamente, com base no confronto entre as ações planejadas e os resultados esperados versus as ações realizadas e os resultados efetivamente alcançados, a partir das informações obtidas nos relatórios periódicos e nas observações de campo.

O monitoramento das atividades será realizado de três formas, a saber:

Contínuo: monitoramento constante, realizado pelo Coordenador do projeto ou pessoa especificamente designada para tal, que se incumbirá do acompanhamento das atividades desenvolvidas, da análise dos relatórios mensais produzidos e da realização de reuniões de trabalho junto aos envolvidos.

Periódico: monitoramento efetuado trimestralmente pelo Grupo Gestor, durante as reuniões rotineiras de avaliação ou esporadicamente e a qualquer tempo, a critério deste.

9.1. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

FASE 1		INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
1.1	Enquadramento Espacial e Geográfico	<ul style="list-style-type: none"> - reuniões e relatórios mensais de atividades desempenhadas (Coordenador do Projeto); - entrega dos produtos e/ou realização dos serviços previstos nos itens: 6.3.1.1, 6.3.1.2 e 6.3.1.3; - entrega do relatório final, com atividades contratadas efetivamente atendidas.
1.2	Definição das Atividades Relativas à Zona de Influência e do Parque	
1.3	Relatório e Proposta de Usos e Procedimentos de Manejo, Controle, Restauração e Reabilitação	
FASE 2		INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
2.1	Levantamento da Legislação Ambiental (esferas: Fed./Est/Mun)	<ul style="list-style-type: none"> - reuniões e relatórios mensais de atividades desempenhadas (Coordenador do Projeto); - reuniões trimestrais de avaliação (Grupo Gestor); - entrega dos produtos e/ou realização dos serviços previstos nos itens: 6.3.2.1 e 6.3.2.2.
2.2	Consultoria e Assessoramento Permanente	
FASE 3		INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
3.1	Inventário de Fauna	<ul style="list-style-type: none"> - reuniões e relatórios mensais de atividades desempenhadas (Coordenador do Projeto); - reuniões trimestrais de avaliação (Grupo Gestor); - entrega dos produtos e/ou realização dos serviços previstos nos itens: 6.3.3.1, 6.3.3.2, 6.3.3.3, 6.3.3.4, 6.3.3.5, 6.3.3.6 e 6.3.3.7; - entrega do relatório final, com atividades contratadas efetivamente atendidas.
3.2	Inventário de Flora	
3.3	Levantamento de solo	
3.4	Videografia aérea multiespectral	
3.5	Estudo de uso público	
3.6	Diagnóstico das trilhas	
3.7	Relatório e Proposta de infra-estrutura, Usos e Procedimentos de Manejo, Controle, Restauração e Reabilitação	
FASE 4		INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
4.1	Apresentação do projeto em Reuniões, Audiências, Fóruns...	<ul style="list-style-type: none"> - reuniões e relatórios mensais de atividades desempenhadas (Coordenador do Projeto); - reuniões trimestrais de avaliação (Grupo Gestor); - entrega dos produtos e/ou realização dos serviços previstos nos itens: 6.3.4.1, 6.3.4.2, 6.3.4.3 e 6.3.4.4; - entrega do relatório final, com atividades contratadas efetivamente atendidas.
4.2	Leitura da percepção ambiental comunitária	
4.3	Desenvolvimento de ações de sensibilização e educação ambiental	
4.4	Assessoria de Imprensa – Divulgação do projeto e dos resultados (mídia escrita, falada, televisada e eletrônica)	
FASE 5		INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
5.1	Sistematização dos dados para confecção do diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> - dados e informações sistematizadas; - diagnóstico final elaborado, editado e distribuído; - plano de gestão e de usos definido; - ferramentas de avaliação e de monitoramento criadas e implantadas.
5.2	Elaboração do Diagnóstico Final do Parque	
5.3	Elaboração do Plano de Gestão do Parque	
5.4	Elaboração de Mecanismos e Ferramentas de Monitoramento e Controle	

ANEXO I

MALHA DE ENVOLVIMENTO:

FASE/ETAPA	PESSOA/EMPRESA/INSTITUIÇÃO
Autores do Projeto	Adilson de Toledo Souza, Eliana G. F. Bushee, Maria Cristina L. de Brito e Stella Maria Crescenti
Proponente	OSCIP ÁGUA VIVA – Desenvolvimento e Integração Pró Águas de São Pedro
Grupo Gestor	Adilson de Toledo Souza, Eliana G. F. Bushee, Maria Cristina L. de Brito, Renato Ferreira da Rocha e Stella Maria Crescenti
Coordenador Operacional	Adilson de Toledo Souza
Assessoria Técnica	Florescer Agro-Ambiental (Engº Ftal José Renato Cordaço e Engº Ftal José Maria M. Brasil)
Assessoria de Imprensa	Instituto Ambiente Total (André Blanco, Alfredo Morel e Leandro Gasparini)
Fase 01	Escola de Engenharia de São Carlos – USP (Prof Dr Lázaro Valentin Zuquette)
Fase 02	Graziela Liva Velho e Advogados (Graziela Liva Velho - OAB: 145.212)
Fase 03	PET POLIS – ESALQ/USP (Prof. Demóstenes F. da Silva Filho e Profª Adriana Maria Nolasco)
Fase 04	Instituto Ambiente Total (André Blanco, Alfredo Morel e Leandro Gasparini)
Fase 05	Adilson de Toledo Souza, Eliana G. F. Bushee, Maria Cristina L. de Brito, Renato Ferreira da Rocha e Stella Maria Crescenti

ANEXO II**FLAGRANTES DE DEGRADAÇÃO DO PARQUE DR OCTÁVIO MOURA ANDRADE:**

Foto 1: lixo acumulado no bosque

Fonte: Adilson de Toledo Souza, 2007



Foto 2: Esgoto despejado no canal de captação pluvial

Fonte: Adilson de Toledo Souza, 2007



Foto 3: Queimada no bosque

Fonte: Adilson de Toledo Souza, 2007



Foto 4: Extração ilegal de madeira

Fonte: Adilson de Toledo Souza, 2007



Foto 5: Lixo e entulho no entorno do Parque

Fonte: Adilson de Toledo Souza, 2007



Foto 6: Desmatamento clandestino

Fonte: Adilson de Toledo Souza, 2007



Foto 7: Voçoroca nas dependências do Parque

Fonte: Neves, 2004 *in*: Projeto de Levantamento de Dados e Gestão do Parque Urbano Dr. Octávio Moura Andrade, ESALQ/USP, 2006



Foto 8: Ponte comprometida

Fonte: Neves, 2004 *in*: Projeto de Levantamento de Dados e Gestão do Parque Urbano Dr. Octávio Moura Andrade, ESALQ/USP, 2006